

INFORMAÇÃO PÚBLICA – DETERMINAÇÃO JUDICIAL

Homologação de Acordo de Não Persecução Cível (ANPC)

Ação Civil de Improbidade Administrativa nº 5181769-17.2025.8.21.0001/RS

Esta publicação é realizada em cumprimento à decisão judicial proferida nos autos da Ação de Improbidade Administrativa nº 5181769-17.2025.8.21.0001/RS, e atende aos princípios da publicidade e da transparência administrativa, bem como às bases legais previstas nos arts. 7º, II, e 23 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Lei nº 13.709/2018).

A divulgação limita-se ao estritamente necessário para o cumprimento da ordem judicial e para a adequada atuação da Administração Pública Municipal.

1. Síntese da Decisão Judicial

O Juízo competente homologou o Acordo de Não Persecução Cível (ANPC) celebrado entre as partes, com fundamento no art. 17-B da Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), extinguindo o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, III, “b”, do Código de Processo Civil.

A decisão produz efeitos jurídicos e administrativos imediatos, especialmente quanto aos registros em cadastros oficiais de improbidade, ainda que não decorram de condenação, mas de homologação de ANPC.

2. Pessoas Alcançadas pela Decisão Judicial

A decisão determinou providências administrativas referentes aos seguintes investigados:

- Danielli Dias Oliveira
- Fabricio Vargas de Vasconcellos

(Divulgação realizada exclusivamente por determinação judicial, conforme art. 7º, II, da LGPD.)

3. Determinações Judiciais

O Juízo determinou:

- Cadastramento dos investigados no Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa;
 - Registro no Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que implique Inelegibilidade (CNCIAI), conforme Provimento CNJ nº 29/2013 e Resolução Conjunta CNJ/TSE nº 06/2020;
 - Inclusão da observação de que o registro decorre de homologação de ANPC, e não de condenação.
-

4. Efeitos Administrativos

A homologação do ANPC gera efeitos restritivos no âmbito da Administração Pública, devendo ser observada nos procedimentos de:

- contratação,
 - credenciamento,
 - convênios,
 - pagamentos,
 - análise de idoneidade,
 - controles internos e financeiros.
-

5. Vigência dos Registros

Os registros permanecerão ativos até o integral cumprimento das obrigações pactuadas, especialmente as de natureza financeira.

Após comunicação judicial de adimplemento total, deverá ser providenciada a baixa dos registros nos cadastros nacionais.
